

Atividade Individual:

- Leia, a seguir, a seleção de 4 artigos do caderno publicado no Jornal Folha de São Paulo em 30 de julho de 2006 – “Análise das diferentes estratégias de desenvolvimento de China, Índia e Brasil: os três países apresentavam participação semelhante na economia mundial em 1980; O Brasil viu sua fatia diminuir, enquanto a China e a Índia aumentaram o peso de seus PIB’s” (a reportagem completa do caderno está disponível como leitura complementar)
- Apresente os trechos do texto e uma breve **ANÁLISE SISTÊMICA** que explicita sobre os diferentes crescimentos na participação do PIB Mundial (exponencial para a China, linear para a Índia e decréscimo para o Brasil).
- Reconhecendo os padrões de comportamento para o feedback negativo (termostato, válvulas flutuantes, sede, estoques, grupos sociais, predadores e presas, sistemas ativos, sistemas pouco precisos, sistemas contraditórios, sistemas ocultos e sistemas vulneráveis) e para o feedback positivo (conhecimento, poder e riqueza), quais padrões explicam o comportamento econômico de cada país emergente?

A atividade deve ser encaminhada, individualmente, para o e-mail do professor.



Legenda:
China (Vermelho)
Índia (Laranja)
Brasil (Azul)

Projeto nacional separa Índia e China do Brasil (GILSON SCHWARTZ)

Definida como inevitável e irreversível, a globalização reservaria ao Estado Nacional um papel, no máximo, coadjuvante. Não é o que ensinam as duas grandes potências médias vitoriosas na globalização dos últimos 25 anos, China e Índia. Vencem porque têm projetos estratégicos, estatais ou nacionais, de desenvolvimento.

Na China e na Índia houve controle, seleção e exigência de contrapartidas nos processos de abertura e transnacionalização de capitais produtivos e financeiros. Abriram mão de modelos autóctones sem perder o compromisso com a autonomia do Estado nacional e de suas elites. Focaram no longo prazo. Organizam (e em muitas vezes até hoje retardam) sua adesão à ordem global.

China e Índia também encarnam projetos nacionais de desenvolvimento com fortes componentes de segurança ou de controle social (ditadura militar na China). Souberam forçar negociações comerciais e econômicas com investidores e mercadores (as tarifas sobre importações na Índia são o triplo da média brasileira).

Os dois países saíram da dependência colonial e, em pouco mais de 50 anos, conseguiram dominar a tecnologia nuclear e a eletroeletrônica. O Brasil também tem projeto, mas não é nacionalista nem estatista, características dos modelos indiano e chinês. É liberalizante desde a crise do petróleo no fim dos anos 1970. É conduzido por elites econômicas (inclusive sindicais) em cujo DNA predominam o capital global e o capital nacional subsidiado pelo Estado.

As elites chinesas e indianas carregam no seu DNA o aprendizado de vários e longos ciclos de dominação regional e imperial. No Brasil, a elite desde a colônia sempre foi integrada à metrópole ("globalizada" desde o século 16) e com forte vocação para atender aos imperativos do centro.

O jeitinho brasileiro produz uma reciclagem contínua e sempre parcial da miséria nacional, num caldo de cultura individualista e ocidentalizado. O projeto liberal brasileiro convive bem com a malandragem e a corrupção. A exclusão é permanentemente realimentada, mas há mobilidade, oportunidades, dinamismo, novos ricos e novos negócios nas esferas pública, privada e do terceiro setor.

A China era comunista, a Índia, socialista. Ao se abrir para a globalização, cada uma soube a seu modo implementar um capitalismo organizado. O desenvolvimento igualmente excludente, mas organizado, em mercados consumidores gigantescos supera os riscos políticos e atrai investidores de todo o mundo. China e Índia têm atravessado incólumes os solavancos da economia de "cassino" desde os anos 1990. Gurus como Clyde Prestowitz apontam diretamente para a emergência de 3 bilhões de trabalhadores equipados com o capital intelectual necessário para competir em escala global. Os camponeses (65% da população na Índia, 50% na China) são fonte quase inesgotável de ganhos de produtividade.

O espírito empreendedor, inquiridor e inovador de chineses e indianos também é exemplar. Os sucessos da Índia e da China mostram a força crescente, na era da globalização

multicultural e pasteurizadora, dos "espíritos nacionais" que animam projetos de Estados e nações.

Mas nem tudo favorece igualmente China e Índia em detrimento do Brasil. Índia e Brasil se aproximam quando o tema é a violência da exclusão. Nem tudo é empreendedorismo e teletrabalho, desenvolvimento de software e comércio eletrônico. Na Índia, massacres sanguinários são freqüentes. O racismo é latente numa sociedade marcada pela diversidade e opressão étnica e a extrema desigualdade.

Nas cidades da Índia, a miséria se esparrama por todos os lugares, tudo é periferia, com exceção das áreas governamentais, protegidas por forte aparato militar. O país avança e se desenvolve, mas às vezes perdem nitidez as fronteiras entre riqueza e miséria, beleza e horror, progresso e ruína, novo e antigo, segurança e terror.

China e Índia destacam-se, cada vez mais, como celeiros do capital intelectual que hoje define as fronteiras do desenvolvimento econômico. O campo em que o Brasil se destaca é no sucesso da receita de estabilização ortodoxa, que ficou como exemplo de ajuste externo eficiente associado a reformas de longo prazo.

Ao tentar o controle da onda expansionista, o governo chinês pode errar a mão e induzir o sistema a uma crise de excesso de oferta, de capacidade ociosa, colocando em risco o inflacionado mercado de crédito nacional.

A China ainda não conseguiu montar um sistema eficiente de política monetária, sistema bancário e mercado de capitais. Teme-se que o país não tenha os meios para gerenciar uma crise de superprodução.

No Brasil, a discussão sobre metas inflacionárias está na segunda casa decimal da meta estabelecida para daqui a dois anos, o que mostra como evoluímos nessa área. Em compensação, o país há três décadas não tem um projeto nacional de desenvolvimento e a reforma estratégica do Estado mal começou.

Comparado aos sucessos de China e Índia, o Brasil optou pela ênfase na estabilização de preços, tornando-se retardatário no relógio da mudança econômica mundial.

Comércio e investimento estrangeiro impulsionam ascensão chinesa (CLAUDIA TREVISAN)

A China deve grande parte de seu fantástico crescimento a uma bem-sucedida estratégia de inserção no mundo, que a transformou na terceira maior potência comercial do planeta e no principal destino de investimentos estrangeiros entre os países em desenvolvimento.

No fim dos anos 70, dez anos antes da queda do Muro de Berlim, o Partido Comunista chinês decidiu embarcar na globalização. Recluso nos anos de Mao Tse-tung, o país é hoje um dos mais abertos do mundo quando se compara a soma das exportações e importações com o valor do PIB.

No ano passado, o fluxo de comércio da China chegou a US\$ 1,4 trilhão, o equivalente a 64% de seu PIB. No Brasil, a relação é inferior a 30%.

A meteórica ascensão no comércio internacional elevou o país à categoria de ator principal no tabuleiro das trocas globais. Hoje, a China está entre os maiores parceiros comerciais da maioria das grandes economias do mundo –o que acontecer lá terá impacto significativo sobre o crescimento global.

A face chinesa de potência comercial tem íntima relação com o processo de reorganização da produção industrial ocorrido em escala planetária nas duas últimas décadas.

A China entrou na globalização como fornecedor de mão-de-obra abundante e barata para as corporações multinacionais, que transferiram ao país grande parte de suas fábricas.

Chamada de "fábrica do mundo", a China tem uma quantidade cada vez maior de linhas de montagem de produtos de alta tecnologia e se distancia rapidamente da imagem de exportador de bens baratos e de baixa qualidade. Produtos industrializados representam 91,4% do total das exportações -no Brasil, o índice é de 52,4%.

Dados da OCDE mostram que, em 2004, a China ultrapassou os Estados Unidos e se tornou o maior exportador do mundo de bens de tecnologia da informação. Naquele ano, as vendas externas do setor somaram US\$ 180 bilhões, 46% acima do registrado em 2003. A boa performance do comércio exterior valeu à China um superávit comercial recorde em 2005: US\$ 102 bilhões, alta de 219% em relação ao ano anterior. A previsão do governo é que o saldo suba de novo em 2006, para US\$ 130 bilhões.

Mas superávits recordes trazem outro problema ao país além das reclamações de seus concorrentes. O grande fluxo de dólares levou as reservas internacionais chinesas ao espetacular valor de US\$ 941 bilhões, as maiores do mundo.

Essa montanha de dinheiro é construída pelo banco central, que compra os dólares que entram no país para evitar pressões pela valorização da moeda local. Para isso, emite yuans, que terminam nos caixas dos bancos e, daí, são transferidos para estatais em empréstimos de baixíssimo custo, que viram investimentos e alimentam o alto ritmo de crescimento.

China investe no ensino básico e Índia aposta em elite universitária (RAUL JUSTE LORES)

Os gigantescos esforços de China e Índia em tirar milhões de pessoas do analfabetismo nos últimos anos são um dos mais poderosos sinais de que os dois países sabem a importância da educação em seus projetos de futuro. Apesar da evolução de ambos na área, as estratégias e os resultados não podiam ser mais diferentes.

A China tem números milagrosos e supera a Índia em todos os critérios na educação básica. Desde que, em 1986, aprovou o ensino compulsório e obrigatório de nove séries (seis básicas e três intermediárias) para todas as crianças entre 6 e 14 anos de idade, o analfabetismo caiu de 25% para 8,7% (no Brasil, o índice é de 11,8%).

Já as políticas indianas, que colocaram mais ênfase no ensino superior, criaram uma elite com título universitário, com domínio do inglês e que estimulou o boom de transferência de empresas americanas e européias para a Índia.

Parte do sucesso econômico do país é liderado pelo retorno de indianos que foram estudar nos EUA. Em 2005, mais de 80 mil indianos estavam estudando em universidades americanas, contra 62 mil chineses (o Brasil tinha 7.244 estudantes, um número bem menor que os asiáticos, inclusive em relação ao tamanho das populações).

Apesar de ter uma população 30% maior que a indiana, na China formam-se por ano 3,1 milhões de universitários e, na Índia, 2,7 milhões. A proporção da população com diploma é maior. Em 2002, 8% da população indiana entre 25 e 34 anos de idade chegou ao terceiro grau -5% na China.

O Brasil tem uma semelhança com o modelo indiano. Proporcionalmente, o governo brasileiro investe mais nas universidades públicas do que no ensino básico. E, ao longo da história, a elite brasileira teve mais acesso às vagas nas universidades públicas e gratuitas.

Bomba atômica e alto crescimento projetam Índia como nova potência (AMRITA NARLIKAR)

A Índia parece estar realizando sua há muito aguardada ascensão como potência. Nas primeiras quatro décadas de independência, as percepções populares no país e no exterior descreviam a Índia como um gigante trôpego, cujo desenvolvimento sofria severas restrições em função da extrema pobreza e do baixo crescimento.

Hoje, esse quadro mudou. O índice de crescimento de 8% ao ano está entre os mais altos do mundo, e o país assumiu posição central no cenário diplomático internacional.

Os testes nucleares indianos em 1998 marcaram o início de uma nova era: essa demonstração de poderio bruto não tinha precedente no caso de um país que foi pioneiro na defesa dos ideais de desarmamento.

O orgulho do país por sua civilização milenar, seu regime democrático, seu papel -atual e futuro- na região, seu status como potência nuclear declarada e seu crescimento contribuíram para levar a Índia ao posto de protagonista de primeira ordem no sistema internacional.

Os quatro fatores contribuem de maneira significativa para garantir a presença do país nos assuntos mundiais.

Primeiro, embora a democracia indiana remonte à independência do país, em 1947, as credenciais democráticas adquiriram hoje valor consideravelmente maior no sistema internacional. É a essa característica que os políticos tanto indianos quanto norte-americanos se referem ao classificar os dois países como "aliados naturais".

Segundo, mesmo que tanto os EUA quanto a Índia evitem caracterizar a melhora em suas relações como uma aliança contra a China, há motivos confiáveis para o argumento de que a tentativa norte-americana de cultivar aliados na região tem por objetivo estabelecer um pólo que contrabalance o poder dos chineses.

Terceiro, é interessante apontar que os testes nucleares de 98 poderiam ter conduzido a severas e duradouras sanções da comunidade internacional. O fato de a Índia ter escapado incólume de sua decisão de conduzir os testes se baseia em parte no seu histórico imaculado de prevenção da proliferação nuclear, mas também em sua disposição de agir

como uma potência responsável quanto ao uso de armas nucleares, bem como nas credenciais democráticas do país.

Por fim, o crescimento tornou a Índia um mercado atraente para investimento e exportação e uma fonte de serviços de baixo custo para o exterior. No contexto atual, a Índia parece ter muito em seu favor. Mas será que já é mesmo hora de abrir o champanhe?

Ao contrário de muitos de seus aliados na OMC, os indianos resistiram à agenda do Ocidente, mesmo em ocasiões em que se viram isolados nas negociações (por exemplo, na quarta conferência ministerial da OMC, em Doha, 2001). Essa postura dura teve certo custo para a Índia no curto prazo, mas também ajudou a construir a reputação do país como negociador rígido, confiável, honesto e quase idealista.

É verdade que a Índia parece bem estabelecida em seu percurso para o poder. Mas há diversos perigos que podem afastá-la de seu caminho. O maior deles está no nível doméstico. Bangalore e Hydebarad, pequenas ilhas que exportam certos serviços, florescem, enquanto o resto da Índia assiste, em desespero. Mesmo nas grandes cidades, como Déli, a infra-estrutura é precária. É irônico que a ascensão no número de usuários de celulares seja acompanhada da deterioração em serviços básicos, como a provisão de água potável ou eletricidade.

Os índices de crescimento ascendentes não foram acompanhados da redistribuição de riqueza aos mais pobres. A desigualdade é enorme e grassa o descontentamento, especialmente em setores cruciais como a agricultura. Devido às dificuldades financeiras agudas, há fazendeiros cometendo suicídio em todo o país.

Pobreza e corrupção extremas geraram repercussões violentas. A Índia pode ter adquirido prestígio sem precedentes no exterior, mas não vem conseguindo atender às necessidades de seus cidadãos mais pobres e carentes.

As implicações podem ser muitas e severas. Problemas de infra-estrutura e a elevação no índice de insolvência podem afetar os atrativos da Índia para os investidores estrangeiros. Ainda mais sério poderia ser o impacto desses problemas sobre a sobrevivência de governos nacionais e locais e na sua credibilidade junto aos parceiros de negociações no exterior.

Por fim, a Índia está de muitas maneiras caminhando no fio da navalha. Seu poder e prestígio atuais derivam em parte de sua posição de liderança no Terceiro Mundo.

A nova Índia vem adotando posições menos rígidas e demonstrando maior disposição de dialogar com países aos quais sempre expressou oposição nos fóruns internacionais. Ao mesmo tempo, a Índia está comprometida com coalizões como o G20, na OMC, e se esforça por preservar e reforçar suas alianças com países do Terceiro Mundo. Trata-se de um difícil malabarismo. Mas será preciso sustentá-lo se a Índia deseja continuar sua ascensão como potência.